

ENSINO PAGO:

um retrato sem retoques

CARLOS B. MARTINS



Paralelamente à precária situação em que vivem as universidades Federais, Estaduais e as Católicas, vem surgindo no Brasil, nos últimos dez anos, um ensino privado sólido economicamente, que não clama por verbas públicas. Este novo ensino constitui o tema do livro de Carlos B. Martins, apresentado inicialmente como dissertação de mestrado em Sociologia na PUC-SP em fins de 1979.

O objetivo do autor é fazer a análise de uma instituição educacional que atua no nível superior do ensino brasileiro: Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU.

O livro é um estudo de caso. O material básico utilizado é constituído de depoimentos daqueles que vivenciam a instituição diariamente. Também foram utilizados como fonte de informação, portarias oficiais da instituição, pareceres do CFE sobre estas faculdades, depoimentos extraídos da CPI sobre Ensino Superior e noticiário de jornais sobre a instituição.

Partindo do pressuposto de que a Educação é um fenômeno histórico que "liga-se à produção e reprodução da sociedade humana" (p. 23), o autor, ao analisar o ensino privado, destaca seu caráter mercantil e suas funções ideológicas, contextualizando historicamente o processo de criação e crescimento da instituição.

Segundo Martins, dois problemas que mobilizam os estudantes levamo Es tado pós-64 a elaborar projetos para o ensino superior: o problema dos excedentes e as pressões pela reestruturação dos cursos, currículos e formas de participação de professores e alunos na gestão da uni versidade.

Quanto ao primeiro, havia incapacidade do sistema universitário em absorver os estudantes aprovados nos vestibulares que não podiam ingressar no ensino superior por causa da falta de vagas. Tal pressão sobre o ensino superior relacionava-se com a ampliação da taxa de matrícula do ensino médio que, entre 1947-64, cresceu 4,3 vezes. A procura do ensino superior também estava ligada ao "processo de concentração da pro priedade e da renda em curso na sociedade brasileira desde a década de 50 e que acentua-se com a política econômica adotada a partir de

1964" (p. 57). Isso dificultava a ascensão social através de poupança e investimentos em pequenos negócios. Desta forma, "as camadas médias passam a valorizar a educação com meio que poderia viabilizar o seu projeto de ascensão social nas ocupações burocráticas ou técnicas, passando a investir em educação ou pressionando o governo a dispensar mais com o setor educacional" (p. 57).

Até a época da Reforma Universitária, o setor público tinha maior participação que o setor privado no ensino de terceiro grau. Após 64, o Estado inclinou-se para uma política de ampliação das chances educacionais para as camadas médias urbanas, "sem envolver-se em seu custo" (p. 69). O Relatório Meira Mattos, ao propor medidas para o sistema educacional, segundo o autor, "atua dentro destas diretrizes de ampliação sem deslocar recursos financeiros para esta área" (p. 61).

Para o autor, a forma pela qual se verificou a ampliação do ensino universitário no Brasil, acabou produzindo duas redes de ensino: as instituições públicas e as instituições privadas.

A INDÚSTRIA CULTURAL

Ao fazer a distinção entre instituição pública e instituição privada, Martins afirma que o fundamental não é a propriedade jurídica, "mas o fato das unidades de ensino determinarem-se ou não como empresas capitalistas..." (p. 80). Assim, as instituições de ensino de propriedade estatal e algumas instituições de direito privado que não estão voltadas para a obtenção do lucro - pois a rentabilidade "deve-se à necessidade de reprodução ampliada das mesmas como empreendimento não capitalista" (p. 80), constituem instituições públicas.

O setor privado abrange as instituições organizadas com fins lucrativos e de acumulação de capital. A FMU insere-se neste setor. A entidade de mantenedora da instituição era vinculada à Igreja Metodista. Mais tarde, a Igreja rompeu com a instituição. "Forma-se então uma nova mantenedora 'sem fins lucrativos' e uma pessoa jurídica com funções específicas de administrar a faculdade. Essa pessoa jurídica legalmente poderia aferir lucros" (p. 106).

Para o autor, a instituição analisada organiza-se e funciona como uma indústria cultural. Este termo, cunhado por Adorno e Horkheimer no final dos anos 40, designa o processo de comercialização dos produtos culturais. E Martins considera que a Educação, ao organizar-se sob a inspiração de rentabilidade dos investimentos, pode ser vista como uma indústria cultural, onde a produção de bens simbólicos é definida pelo público. Ministra-se assim, uma "cultura média" (p. 98) para um grande público de consumidores, ao passo que a produção erudita destina seus produtos a um público potencialmente produtor da cultura.

A grande maioria dos alunos dessa instituição pertence às camadas médias-assalariadas que vêm na escola "o local de acerto de contas, no qual um público em débito com o acervo cultural busca atualizar-se com o mesmo" (p. 122). Importante a reter é que existe um ponto de encontro entre as aspirações profissionalizantes desse público e a promessa de atender a tais aspirações por parte da FMU.

O PRODUTO FINAL

O autor entende que a instituição analisada insere-se na categoria de "organização moderna", na qual "a maximização do lucro coloca como necessidade a disciplina impessoal" (p. 161).

Baseando-se nas observações de Edgar Morin, o autor afirma que "constitui-se no mundo da cultura industrial, uma inteligentzia sobre a qual pesam sofisticados mecanismos de controle e disciplina" (p. 160). O resultado disto é uma "inteligência disciplinada" (p. 175). A instituição forma o intelectual "especialista em ciência aplicada; o organizador técnico" (p. 93). A Faculdade de Educação, por exemplo, rompeu a tradição brasileira de formar pedagogos nas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, criando novas habilitações, tais como Educação de Excepcionais, Orientação Educacional, Pré-primário, etc. E o autor conclui: "estas faculdades formam quadros médios que estão mais envolvidos em atividades de rotina do que em planejamento e tomada de decisão" (p. 197).

O livro merece ser lido não só pelos profissionais ligados à área de Educação, mas por todos os interessados no debate que atualmente se trava sobre o ensino público e privado. Pois, nesse sentido, o trabalho de Martins é bastante elucidativo e pode dar uma boa contribuição para a discussão.

Sonia A. Marrach

"Ensino Pago: Um Retrato sem Retoques", Global Editora, 1981 - Teses: 2.

